

09 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Para Toffoli, auxílio-moradia é 'ônus', e reajuste, apenas recomposição

Presidente e demais ministros do STF defendem subsídio aprovado pelo Senado em sessão relâmpago

Teo Cury
Agência Estado

Brasília - Em reunião com presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados no Supremo Tribunal Federal nesta quinta-feira (8), o presidente da Corte Suprema, ministro Dias Toffoli, disse que o pagamento do auxílio-moradia a membros do Judiciário "era um ônus que estava recaindo sobre toda a magistratura". Ele reafirmou que, com a aprovação do reajuste do Judiciário, o STF poderá resolver essa questão.

"Com essa recomposição, nós poderemos, a partir de agora, enfrentar e resolver a questão do auxílio-moradia, porque era um ônus que estava recaindo sobre toda a magistratura e toda a instituição. Então nós poderemos agora tratar desse tema de uma maneira adequada", disse.

Ao abrir o encontro, o pre-

sidente do Supremo falou em "felicidade" ao citar a aprovação do projeto de lei do subsídio e foi aplaudido pelos chefes dos tribunais estaduais. O reajuste de 16,38% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos membros da Procuradoria-Geral da República (PGR) foi aprovado na quarta-feira (7) pelo plenário do Senado Federal.

"Agradeço às senhoras e senhores que atuaram junto ao Congresso Nacional no sentido de deixar claro o quanto justo e correto era essa revisão, uma vez que, na verdade, trata-se de uma recomposição de perdas inflacionárias de um período já bastante antigo, de 2009 a 2014."

Considerado o teto do funcionalismo, a remuneração passará de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil mensais. Os dois projetos de lei que previam os aumentos já haviam sido aprovados na

Câmara dos Deputados e agora seguem para a sanção presidencial.

"Eu tenho sempre referido que não se trata de aumento, muito pelo contrário, várias carreiras ao longo desse período tiveram as suas revisões e a magistratura é que se encontrava defasada em relação a essas revisões", disse Toffoli.

Na noite de quarta-feira, antes de participar de evento no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o presidente do Supremo havia informado que vai procurar o vice-presidente da Corte, ministro Luiz Fux, para ver a "melhor hora" de o tribunal decidir sobre o auxílio-moradia.

CONTINUA

09 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

DEFASAGEM

Os ministros do STF Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski também disseram nesta quinta-feira que o aumento é uma “reposição” parcial de perdas inflacionárias acumuladas ao longo dos últimos anos.

“O Senado é que decidiu. Nós temos uma defasagem e ela (a reposição) cobre uma parte dessa defasagem dos vencimentos dos juízes em relação à inflação”, disse Lewandowski a jornalistas, ao chegar para a sessão plenária do STF.

09 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Moro defende criar mais vagas para presos

Breno Pires

Agência Estado

Brasília - O juiz federal Sergio Moro, futuro ministro de Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bolsonaro, afirmou nesta quinta-feira (8) que é necessário criar mais vagas para presos e admitiu que pode ser necessário "criar um filtro melhor" em relação a prisões, diante do cenário de superlotação nos presídios. O magistrado defendeu, no entanto, o endurecimento das regras para impedir que presos por crimes cometidos com extrema violência saiam rapidamente do cárcere.

Após reuniões na quarta-feira (7) com o ministro de Segurança Pública, Raul Jungmann, e nesta quinta-feira com o ministro da Justiça, Torquato Jardim, Sergio Moro falou brevemente com a imprensa e, questionado sobre o tema, afirmou que está "refletindo sobre a questão carcerária". O plano de governo de Jair Bolsonaro não traz propostas para redução da superlotação. Há hoje 726 mil presos no País, e um déficit de 358 mil vagas, de acordo com os dados mais recentes do Departamento Penitenciário Nacional. "Evidentemente, a questão carcerária é um problema. Nós estamos refletindo sobre ela da forma mais apropriada. É necessário criar vagas. É necessário eventualmente ter um

filtro melhor", disse Moro.

Na quarta-feira, Moro esteve por três horas com Jungmann, conhecido por afirmar que o Brasil prende muito e prende mal e que é necessário adotar medidas em busca de um desencarceramento. Ao falar em "filtro", Moro se refere indiretamente a essa visão, que está em voga no Departamento Penitenciário Nacional. Em um aceno ao discurso do atual ministro e o de especialistas em sistema prisional, Moro afirmou que "é necessário eventualmente ter um filtro melhor".

O juiz afirmou, no entanto, que muitas vezes há um "tratamento leniente para crimes praticados com extrema gravidade". Neste ponto, defendeu endurecimento em relação à progressão penal - essa é uma das convergências com o presidente eleito, Jair Bolsonaro. "Casos de homicídio qualificado e de pessoas que ficam poucos anos presos em regime fechado. Para esse tipo de crime tem que haver um endurecimento", disse Moro.

O ministro Torquato Jardim, em breve pronunciamento, disse que conversou com Moro sobre estrutura do ministério da Justiça, orçamento e atividades prioritárias da pasta.

09 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Moro diz que vai aproveitar parte das dez medidas anticorrupção

Breno Pires

Agência Estado

Brasília - O juiz federal Sérgio Moro, futuro ministro de Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bolsonaro, disse nesta quinta-feira (8) que há várias medidas e planos em gestação sobre combate à corrupção e ao crime organizado. Entre elas, Moro afirmou que irá aproveitar uma parte das propostas constantes nas dez medidas contra a corrupção apresentadas ao Congresso por projeto popular.

“As eleições deixaram claro que há grande insatisfação da população com a segurança pública. Esse é um problema sério, difícil, que precisa ser equacionado. Em parte por medidas executivas, em parte por projeto de lei. É o momento propício para a apresentação de projetos legislativos. As 10 medidas estão dentro desse radar”, afirmou o magistrado, que falou brevemente com a imprensa após reunião nesta quinta com o ministro da Justiça, Torquato Jardim.

“Algumas das propostas (das 10 medidas) serão resgatadas e algumas talvez não sejam tão pertinentes agora quanto no passado e novas devam ser inseridas”, afirmou Moro.

Ao lado de Torquato Jardim, Moro falou em dar “continuidade aos bons projetos que vêm sendo executados. “Não sou daqueles que assumem reclamando que existe herança maldita.”

Sobre o que pretende propor quando assumir a pasta, que fundirá os ministérios da Justiça e da Segurança Pública, o futuro ministro disse que pretende propor medidas fortes, simples, para serem aprovadas em tempo breve, dentro dos dois pontos basilares de sua futura gestão, o combate à corrupção e ao crime organizado.

O ministro Torquato Jardim, em breve pronunciamento, disse que conversou com Moro sobre estrutura do ministério da Justiça, orçamento e atividades prioritárias da pasta. Desejou sorte a Moro e disse que “o seu sucesso será o sucesso do Brasil”.

09 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Requião ironiza Moro

Em uma provocação ao futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, o senador Roberto Requião (MDB-PR) apresentou um projeto de lei estabelecendo novos critérios para a concessão de perdão judicial para quem for flagrado cometendo crimes eleitorais, contra a administração pública ou contra o sistema financeiro nacional. O indulto seria dado, a critério do juiz, a quem demonstre arrependimento, confesse a prática do crime, apresente pedido público de perdão e de dispensa da pena. O senador incluiu no texto também a possibilidade de o perdão ser dado de ofício para quem for nomeado para o cargo de ministro.

Generosidade

Requião decidiu apresentar a proposta, batizada de Onyx Lorenzoni, nome do futuro ministro da Casa Civil, depois que Moro minimizou o fato de o próprio deputado ter admitido que recebeu R\$ 100 mil em doações não declaradas, o chamado caixa 2, da empresa JBS para custear despesas de campanha. Em entrevista coletiva nesta semana, Moro afirmou que admira Lorenzoni e disse que, quanto aos erros, “ele (deputado) mesmo admitiu e tomou providências para repará-los”. “A Igreja Católica não pune porque é instrumento de redenção. Na doutrina da Igreja, sempre há a possibilidade do perdão. Agora o Moro introduziu isso na Justiça. Nem o papa é tão generoso assim”, afirmou Requião. Após a fala do juiz na coletiva, militantes do PT compartilharam memes na internet em que Lula diz que deveria ter pedido perdão para evitar ser preso por Moro.

METRO

Requião faz projeto para ironizar ‘perdão’ a Onyx

O senador Roberto Requião (MDB-PR) apresentou ontem um projeto de lei que ironiza uma fala do juiz federal Sérgio Moro sobre o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), futuro chefe da Casa Civil de Bolsonaro.

Após delação premiada do grupo JBS, no ano passado, Lorenzoni admitiu ter praticado caixa 2 – não declarou R\$ 200 mil gastos na campanha de 2014.

Questionado na última terça, Moro afirmou que Lorenzoni “admitiu o erro, pe-

diu desculpas e tomou providências para repará-lo”.

Em alusão a isso, o projeto de Requião diz: “A critério do juiz, poderá ser concedido perdão judicial em caso de crimes eleitorais, contra administração pública ou contra o sistema financeiro nacional, desde que o réu atenda às seguintes condições: I – demonstre arrependimento; II – confesse a prática do crime; e III – apresente pedido público de perdão e de dispensa da pena”.

METRO 09 NOV 2018

Temer liga sanção de reajuste a fim de auxílio-moradia

Em entrevista exclusiva à rádio Bandeirantes, o presidente Michel Temer (MDB), deixou aberta a possibilidade de sancionar ou vetar o projeto de lei que eleva os salários dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) em 16,3%.

“Eu tenho 15 dias para sancionar ou vetar, vou examinar”, afirmou Temer.

Ele lembrou que o aumento veio previsto no Orçamento do Poder Judiciário e que, por causa da independência dos Poderes, não poderia interferir nos valores.

Mas deu uma pista melhor de como pretende avaliar a questão ao ser questionado se, caso o Judiciário firme um compromisso de rever o auxílio-moradia, ele sanciona o reajuste.

“Acho que mais o que um compromisso, é preciso que eliminem o auxílio-moradia, e depois, eliminando o auxílio-moradia eu vou examinar no período de 15 dias se sanciono ou não”, disse o presidente. E reforçou: “Mas evidentemente é importantíssimo que se elimine o auxílio-moradia”.

O projeto aprovado anteontem pelo Senado eleva de R\$ 33,7 mil para R\$ 39, mil o salário dos ministros. Mas ele tem potencial provocar um “efeito cascata” de aumentos para todo o funcionalismo público, que têm esses vencimentos como teto. Somando a União e os estados, o impacto anual nas contas públicas pode chegar a R\$ 6 bilhões.

Antes da votação, o pre-

sidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), dissera que não era um “bom momento” para conceder aumentos salariais.

Sobre a transição, Temer disse na entrevista que tratou com Bolsonaro da reforma da Previdência e que sabem que não é fácil, nesse momento, aprovar uma emenda constitucional, como o projeto que está no Congresso, que exige maioria qualificada. “É possível examinar eventuais modificações que possam ser feitas neste momento por lei ordinária, que exige quorum menor para sua aprovação”, afirmou o presidente. **Ⓜ RÁDIO BANDEIRANTES**

09 NOV 2018

#SUPERAGUI

BEMPARANÁ

TJ rejeita recurso de Beto Richa

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) rejeitou pedido dos advogados do ex-governador Beto Richa (PSDB) que pretendia “trancar” as investigações da operação Superagui, do Ministério Público Estadual, que apura suspeitas de irregularidade na concessão de licença ambiental à empresa Green Logística pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para a implantação de um pátio de caminhões na BR-277. A empresa é de propriedade do empresário Jorge Atherino, preso desde setembro na operação Piloto, que investiga suspeitas de fraude na licitação para a duplicação da rodovia PR-323.

Na investigação, o MP aponta que a empresa seria supostamente ligada a Richa e sua família e teria se beneficiado de fraudes na concessão das licenças ambientais. De acordo com a promotoria, cinco funcionários do IAP integrariam uma quadrilha que facilitava a concessão dessas licenças para as empresas.

A defesa de Richa alega que a investigação é baseada em provas irregulares. Entre elas o depoimento de um funcionário do IAP, Venilton Pacheco Mucillo, que afirmou ter sido procurado pelo então presidente do órgão, Tarcísio Mossato Pinto, para facilitar a concessão da licença a pedido de Richa. Segundo os advogados do tucano, o servidor teria, depois, mudado o depoimento na Justiça alegando ter sido coagido pelos promotores responsáveis pelo caso. O MP rebateu as alegações e apontou

que o funcionário do IAP procurou o órgão espontaneamente para depor. A defesa argumenta ainda não haverem indícios concretos de ligação entre a família Richa e a Green Logística, como sustenta o Ministério Público na investigação.

09 NOV 2018

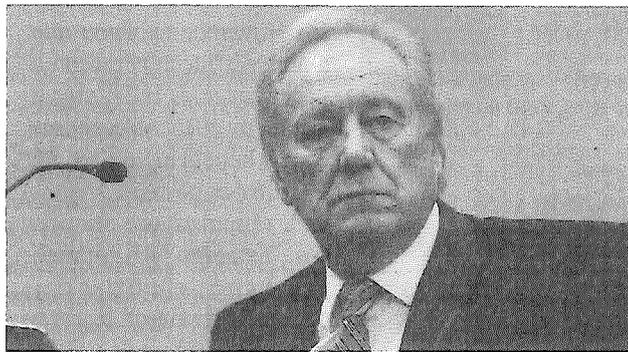
BEMPARANÁ

Ministros do STF defendem aumento de seus salários

Magistrados alegam que reajuste de 16,38% apenas repõem perdas inflacionárias

Um dia depois de o Senado Federal aprovar um reajuste de 16,38% no contracheque dos magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF), os ministros Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski disseram ontem que o aumento é uma “reposição” parcial de perdas inflacionárias acumuladas ao longo dos últimos anos. Com a aprovação do reajuste, a remuneração dos ministros do STF - considerado o teto do funcionalismo público - passa de R\$ 33.763,00 para R\$ 39.293,32, um aumento de R\$ 5.530,32.

“O Senado é que decidiu. Nós temos uma defasagem e ela (a reposição) cobre uma parte dessa defasagem dos vencimen-



Nelson Jr/STF

O ministro Lewandowski: “O Senado é que decidiu”

tos dos juízes em relação à inflação”, disse o ministro Ricardo Lewandowski a jornalistas, ao chegar para a sessão plenária do STF desta tarde.

Em agosto deste ano, os ministros do STF decidiram incluir o reajuste de 16,38% na proposta orçamentária da Corte, que pa-

ra entrar em vigor dependia na época da aprovação pelo Senado Federal - e, agora, aguarda a sanção do presidente Michel Temer. Dos 11 ministros do STF, apenas quatro foram contra a inclusão do aumento: Cármen Lúcia, Rosa Weber, Edson Fachin e Celso de Mello.

“É uma reposição do poder aquisitivo, considerado o período entre 2009 e 2014. E era para estar aprovado desde 2016. Depois de costurada essa reposição, que não é aumento, é parcial, costurada com o Executivo e aprovada na Câmara, estava para votação simbólica no Senado. Na gestão anterior a presidente tomaria posse, quando foi levar convite ao presidente do Senado sinalizou que não era oportuno”, comentou Marco Aurélio.

Auxílio-moradia - Com o reajuste, a expectativa é a de que o STF marque o julgamento sobre o auxílio-moradia. “Eu penso que já deveria ter sido enfrentado (esse tema)”, defendeu Marco Aurélio.

BEMPARANÁ 09 NOV 2018

Moro quer aproveitar dez medidas

O juiz federal Sérgio Moro, futuro ministro de Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bolsonaro, disse ontem que há várias medidas e planos em gestação sobre combate à corrupção e ao crime organizado. Entre elas, Moro afirmou que irá aproveitar uma parte das propostas constantes nas dez medidas contra a corrupção apresentadas ao Congresso por projeto popular.

“As eleições deixaram claro que há grande insatisfação da população com a segurança pública. Esse é um problema sério, difícil, que precisa ser equacionado. Em parte por medidas executivas, em parte por projeto de lei. É o momento propício para a apresentação de projetos legislativos. As 10 medidas estão dentro desse radar”, afirmou o magistrado após reunião com o ministro da Justiça, Torquato Jardim.

“Algumas das propostas (das 10 medidas) serão resgatadas e algumas talvez não sejam tão pertinentes agora quanto no passado”, afirmou Moro.

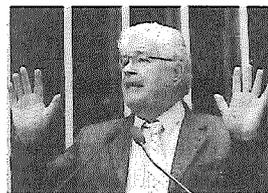
TRF4 nega recurso a Lula

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou ontem, por unanimidade, recursos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Um deles solicitava a suspensão da ação penal que apura a propriedade de um apartamento e um terreno do Instituto Lula em São Bernardo do Campo até que o Comitê de Direitos Humanos da ONU se pronunciasse. O processo está em fase final perante a 13ª Vara Federal de Curitiba.

Lei Ônix Lorenzoni

O senador Roberto Requião (MDB) reagiu com ironia às declarações do juiz federal Sérgio Moro, responsável pelo julgamento dos casos da Operação Lava Jato, que na última terça-feira, minimizou o fato do deputado federal e futuro ministro da Casa Civil do governo Bolsonaro, Onyx Lorenzoni (DEM/RS), ter admitido o uso de R\$ 100 mil em “caixa dois” do grupo JBS para sua campanha de 2014. Em entrevista na última terça-feira, Moro – que aceitou convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL) para ser o próximo ministro da Justiça, afirmou que Lorenzoni – apesar de ter confessado o crime – “admitiu seus erros e pediu desculpas”. “Quanto a esse episódio do passado, ele mesmo admitiu seus erros e pediu desculpas e já tomou as providências para repará-lo”, defendeu o juiz.

Geraldo Magela/Agência Senado



Arrependimento

Em reação, Requião apresentou um projeto de lei que pretende “incorporar à legislação o perdão que o juiz Sérgio Moro deu ao seu futuro companheiro de Ministério, deputado Ônix Lorenzoni, pilhado no crime de caixa dois”. O senador paranaense apelidou a proposta de “Lei Ônix Lorenzoni”. Pelo projeto, o perdão judicial em caso de crimes eleitorais poderá ser concedido “a critério do juiz” (...) “desde que o réu” demonstre arrependimento; confesse a prática do crime; e apresente pedido público de perdão e de dispensa da pena. “Caso seja nomeado para o cargo de ministro de estado, o juízo do feito criminal determinará de ofício o perdão judicial, desde que cumpridas as condições previstas no caput”, afirma o texto do emedebista.

Diárias

O Ministério Público entrou na Justiça com ação por improbidade administrativa contra o presidente da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha (região Noroeste), Ovídio Alves Teixeira e o primeiro-secretário da Casa, Altair Ferreira Guimarães, após a direção do Legislativo se recusar a adotar recomendação para reduzir os gastos com diárias dos vereadores e servidores. Segundo o MP, mesmo após a recomendação, a cúpula da Câmara autorizou o pagamento de novas diárias a seis vereadores e dois servidores para custear cursos em Curitiba e Londrina. As duas viagens custaram aos cofres públicos R\$ 20.490,00.

Comparação

Desse valor, R\$ 14.200,00 foram gastos em diárias, sendo que cada vereador tem o teto de R\$ 620,00 para cobrir custos com hospedagem e alimentação. Em comparação com outros municípios, segundo o MP, o Legislativo de Cidade Gaúcha, em 2017, gastou mais com o pagamento de diárias (cerca de R\$ 180 mil) do que as Câmaras Municipais de Cascavel, Maringá, Umuarama, Cianorte e Ivaté, que gastaram, juntas, apenas R\$ 130 mil.

09 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

TJ-PR nega pedido de Beto para trancar investigação

 A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) negou pedido da defesa do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB) para trancar a investigação do Ministério Público do Paraná (MP-PR) na Operação Superaguá. Desde 2015, a promotoria apura suspeitas de irregularidades na concessão de licença ambiental à empresa Green Logística para abrir um pátio de caminhões às margens da BR-277, em Pa-

ranaguá, no litoral do estado.

Um dos argumentos da defesa do ex-governador foi o excesso de prazo para a investigação. O desembargador José Carlos Dalacqua, relator do caso, afirmou que investigações não têm prazo definido e, por isso, indeferiu o pedido. A defesa também argumentou ausência de justa causa, justificando que a “única prova que ensejou a instauração do procedimento investigatório seria ilícita”. ●

Oficial de Justiça não encontra Pepe Richa

O juiz Fernando Bardelli Silva Fischer, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, deu prazo de 24 horas para que a defesa do irmão do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB) e ex-secretário estadual, Pepe Richa, informe o telefone e o e-mail do réu na Operação Rádio Patrulha. A operação investiga um esquema de propina para desvio de dinheiro por meio de licitações no programa “Patrulha do Campo”, para recuperação de estradas rurais do estado.

Conforme o despacho, ele não foi encontrado em casa pelo oficial de Justiça em duas oportunidades para notificação do recebimento da denúncia por corrupção passiva e fraude a licitação. “A suspeita de ocultação apresentada se mostra razoável”, afirma o juiz.

O relato do oficial de Justiça dá conta de que Pepe Richa não foi encontrado em casa nos dias 1º, 5 de novembro e que a esposa informou que ele está em viagem sem data de retorno prevista. ●

09 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz manda retirar tornozeleira de Rocha Loures



O juiz Jaime Travassos Sarinho, da 15ª Vara Federal de Brasília, determinou ontem a retirada da tornozeleira eletrônica de Rodrigo Rocha Loures (MDB-PR), ex-deputado federal e ex-assessor especial do presidente Michel Temer.

Segundo o juiz, a decisão foi tomada porque Rocha Loures já foi

interrogado e colaborou com as investigações. O Ministério Público concordou com a retirada da tornozeleira, e agora caberá à Polícia Federal retirar o equipamento.

Após a decisão, o advogado de Rocha Loures, Cezar Roberto Bitencourt, afirmou que o cliente não cometeu infração no período em que foi monitorado. ●

RECURSO NEGADO

O Tribunal Federal Regional da 4ª Região (TRF4) negou dois recursos apresentados pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na ação que investiga se houve irregularidades na compra de um terreno para a construção de uma sede do Instituto Lula. Os pedidos, denominados "agravos regimentais", tinham como objetivo solicitar uma reavaliação de dois habeas corpus pedidos pela defesa e negados pelo desembargador João Pedro Gebran Neto.

09 NOV 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Reajuste fora de hora

Algumas situações no Brasil dão a impressão que vivemos longe da realidade ou que não temos capacidade de entender a realidade de maneira integral. O ano está chegando ao fim, ao mesmo tempo em que o governo Temer encerra com uma das mais baixas popularidades da história. Além de Temer, o Congresso Nacional encerra a legislatura com um alto índi-

ce de renovação. Muitos parlamentares tradicionais perderam lugares que ocupavam há décadas.

Essa mudança é o claro recado da insatisfação do eleitor brasileiro, que, inclusive, escolheu um presidente com um perfil muito diferente dos seus antecessores. A leitura que qualquer pessoa normal faz é de que é preciso esperar o início do próximo ano, do pró-

ximo governo e do próximo Congresso para que as decisões importantes sejam tomadas.

No entanto, no apagar das luzes, o atual Congresso aprova um reajuste salarial para o Judiciário de 16%, índice que é muito além de qualquer categoria profissional do Brasil conseguiu nos últimos anos. O novo governo herda, além disso, um orçamento ainda mais esburacado. ■

Momento para reajuste salarial é inoportuno, diz Marco Aurélio

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello comentou ontem (8) o reajuste de 16,38% no salário dos ministros da Corte, aprovado na tarde de quarta-feira (7) pelo Senado, e reconheceu não se tratar de melhor momento para a medida, embora se trate de uma "revisão" de inflação e não aumento, conforme frisou.

O projeto aprovado nesta quarta-feira tramitava no Congresso desde 2016, quando foi aprovado na Câmara. Ao assumir a presidência do Supremo, em setembro daquele ano, a ministra Cármen Lúcia decidiu que não era momento oportuno para o aumento, o que



Marco Aurélio Mello avalia que o reajuste deveria ser adiado

adiou a votação no Senado.

"Se já não era oportuno em 2016, hoje, com a situação econômica, financeira da União e dos Estados, muito menos", afirmou

Marco Aurélio, antes da sessão plenária do Supremo. Ele, no entanto, defendeu que se trata de uma reposição de perdas inflacionárias referentes ao período entre 2009 e 2014. ■

Pedro Ribas/ANF

09 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Em benefício da casta

Senado aprova reajuste salarial para o STF, o que eleva o teto do serviço público e transfere dinheiro do contribuinte para corporações privilegiadas

Enquanto se debatia a possibilidade de apressar a votação da reforma da Previdência, em busca do equilíbrio das finanças públicas e de alguma justiça social, os parlamentares trataram de evidenciar ao país suas reais prioridades.

Por larga margem, de 41 votos a 16, com uma abstenção, um Senado desmoralizado pelas urnas aprovou um reajuste salarial de 16,4% para os ministros do Supremo Tribunal Federal —elevando dessa forma o teto do funcionalismo, o que beneficiará postos de elite nos três Poderes.

Restou ao presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), reclamar da ideia. São preocupações que nossos políticos só manifestam quando estão prestes a gerir o cofre.

Foi há apenas três meses que os ministros do STF aprovaram proposta orçamentária que contemplava alta de seus vencimentos de R\$ 33,8 mil para R\$ 39,3 mil mensais. Aproveitou-se para tal um texto que já tramitava no Legislativo.

Os argumentos em favor da prebenda desconhecem a realidade nacional. Aponta-se que o último reajuste ocorreu em janeiro de 2015 e se faz preciso corrigir os valores; não é problema de juízes e outros servidores, depreende-se, que uma brutal recessão tenha derrubado a arrecadação tributária de lá para cá.

Tampouco a remuneração dos magistrados tem se confinado ao teto do serviço público. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, a despesa média com cada um deles chegou a R\$ 48,5 mil mensais em 2017 (ante R\$ 47,7 mil

no ano anterior), em razão de penduricalhos extrassalariais como o famigerado auxílio-moradia.

Ainda que se considere somente o vencimento oficial, os R\$ 39,3 mil a serem pagos aos ministros do STF correspondem à enormidade de 17,7 vezes a renda média do trabalho no país; para a Suprema Corte dos EUA, a proporção é de 4,5.

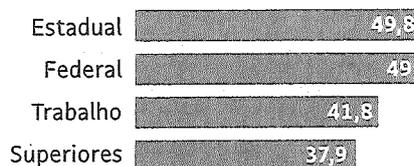
Com salários muito acima dos padrões e inchaço no quadro de pessoal, o Judiciário brasileiro se candidata ao posto de mais caro do mundo. Consome o equivalente a 1,38% do Produto Interno Bruto, ou R\$ 90,8 bilhões no ano passado.

Estima-se uma conta extra entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões com o reajuste, considerando também gastos estaduais e de outros Poderes. Se não parece muito diante das proporções do Orçamento, convém recordar que só a União tem déficit previsto de R\$ 139 bilhões em 2019, sem contar as despesas com juros da dívida.

Trata-se, pois, de gastar um dinheiro que não se tem, para o desfrute de uma casta incapaz de reconhecer que seus privilégios há muito se tornaram insustentáveis.

Despesa média mensal por magistrado

Em 2017, R\$ mil



Fonte: Conselho Nacional de Justiça

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Mesmo que o mundo pereça

SÃO PAULO O juiz deve olhar só para o processo ou também para suas repercussões? Ambas as concepções de justiça são defensáveis em teoria.

Para intérpretes do direito mais afeitos às ideias kantianas, o que importa é fazer justiça. Se o queixoso que pede uma indenização bilionária ao governo tem razão em seu pleito, deve ser atendido ainda que isso leve o país à bancarrota. "Fiat iustitia, et pereat mundus" (faça-se justiça, mesmo que o mundo pereça), escreveu o filósofo alemão.

Para as correntes que bebem do consequencialismo, não há como deixar de considerar também os resultados das decisões, em especial quando têm impacto para além das partes diretamente envolvidas.

Nesse estimulante embate teórico, a cúpula do Judiciário brasileiro fica com o cinismo mesmo. A posição do presidente do STF, Dias Toffoli, em relação ao reajuste salarial para carreiras jurídicas não pode ser descrita nem como kantiana nem como consequencialista.

No paradigma deontológico, jamais se poderia vincular, como fez Toffoli, o fim do auxílio-moradia ao aumento salarial. Ou o penduricalho habitacional generosamente distribuído a juízes é legal e justo, hipótese em que deveria ser mantido, ou não é, situação em que deveria ser extinto independentemente de compensações financeiras.

Isso significa que o Supremo abraçou gostosamente o consequencialismo? Não tão rápido. É verdade que Toffoli parece estar olhando para o quadro geral, mas com uma visão para lá de míope. Não dá para acreditar que ele acredite mesmo que a medida não gera despesa.

No mundo em que vivemos, existe o formidável efeito cascata, que faz com que o aumento dado a ministros da corte máxima, rapidamente se espalhe por todas as instâncias do Judiciário, ministérios públicos, defensorias e também para servidores de outros Poderes que estejam no abate-teto. Técnicos de melhor visão estimam o impacto em R\$ 4 bilhões ao ano ou mais.

09 NOV 2018

09 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Estados em crise temem efeito bilionário de reajuste do STF

Equipes de transição e governadores eleitos de MG, RS e GO criticam aumento

SALVADOR, CURITIBA, RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA O reajuste dos salários dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) deve agravar a situação financeira de estados que enfrentam uma crise há, pelo menos, quatro anos.

O aumento de 16,4% foi aprovado pelo Senado na quarta-feira (7) e o presidente Michel Temer deve sancioná-lo.

O impacto do reajuste, segundo cálculo de consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, pode chegar R\$ 4 bilhões por ano — R\$ 2,6 bilhões apenas para os estados.

Isso ocorre porque a remuneração dos ministros — que subiu de R\$ 33,7 para R\$ 39,3 mil — vai balizar os reajustes de parte do funcionalismo estadual que tem salários ligados ao teto constitucional.

A aprovação do gasto adicional gerou críticas e temores nos gestores estaduais, que já tem o gasto com o pessoal como um dos principais desafios a serem enfrentados.

Das 27 unidades da Federação, 16 estão o gasto com pessoal acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo relatórios de gestão fiscal do período entre maio e agosto de 2018.

Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte estão entre os que têm situação financeira mais difícil.

No Rio Grande do Sul, a secretaria da Fazenda estima que o reajuste do teto poderá gerar um impacto de até R\$ 225,6 milhões por ano com o aumento dos salários.

Haverá gastos adicionais no Judiciário, no Executivo, na Defensoria, no Tribunal de Contas, no Ministério Público e no Legislativo.

Para o líder da maioria na Assembleia Legislativa do estado, deputado estadual Gabriel Souza (MDB) o reajuste, caso sancionado, será determinante para tornar ainda mais grave a situação financeira.

“Lamentamos a decisão do Senado. Uma situação que já é caótica tende a se agravar”, afirma o aliado do governador José Ivo Sartori (MDB).

Desde 2015, o governo gaúcho vem adotando medidas de contingenciamento, inclusive com atraso e parcelamento de salários.

Em Minas Gerais, o governador eleito Romeu Zema (Novo) não pretende propor um reajuste. “É uma irresponsabilidade, e Minas Gerais não fará parte disso. O momento é de muito sacrifício”, afirmou à Folha o coordenador da transição, Mateus Simões (Novo).

Segundo a secretaria da Fazenda, o reajuste dos servidores que ganham acima do teto deve custar R\$ 100 milhões por ano apenas Executivo.

No Rio de Janeiro, a secretaria de Fazenda estima R\$ 270 milhões anuais de gasto extra.

Em nota, o governador eleito, Wilson Witzel (PSC), afirma que técnicos da equipe de transição estão recebendo os dados do atual governo e definirão ações de gestão financeira e de pessoal.

Nos demais estados, o impacto do reajuste também deve gerar despesas extras para os novos governadores.

O governador eleito de São Paulo, João Doria (PSDB), deverá ter um aumento de despesa estimado em R\$ 564 milhões ao ano, segundo cálculos da secretaria da Fazenda.

Em Goiás, serão cerca de R\$ 100 milhões por ano. Para o governador eleito, Ronaldo Caiado (DEM), a medida pressiona mais as contas estaduais, que ainda estão em crise.

“É algo que produz consequências, sequelas gravíssimas nas contas públicas”, disse ele.

Goiás já passou por um ajuste fiscal no auge da crise, cortou despesas e fez privatizações, mas Caiado diz que deverá assumir o governo com salários de servidores em atraso.

Ele levou a reclamação a Paulo Guedes, futuro ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro (PSL). O economista prometeu reunião com governadores no dia 14.

Bolsonaro fez declaração contra o aumento dos ministros. João Pedro Pitombo, Estelita Hass Carazzai, Nicola Pamplona, Mariana Carneiro

FOLHA DE S. PAULO

09 NOV 2018

MONICA BERGAMO

RELATÓRIO RESERVADO

O presidente Michel Temer relatou aos magistrados com quem se reuniu em jantar no Palácio do Jaburu, na quarta (7), o encontro que teve no mesmo dia com o presidente eleito Jair Bolsonaro.

AÇÚCAR Diante da curiosidade geral, Temer tranquilizou os ministros, que mal conhecem o novo presidente: ele seria o mais atinado e calmo de toda a equipe do futuro governo.

RETRATO O encontro de Temer e Bolsonaro foi registrado por Elsinho Mouco, marqueteiro e amigo do atual presidente.

MEMÓRIA Ele está filmando Temer para o que pode se transformar em um documentário: já registrou o presidente no cemitério no dia de finados e gravou com ele na malfadada sala do Jaburu em que recebeu Joesley Batista, da JBS. Nella, Temer foi gravado, gerando a maior crise de seu governo.

BOA HORA O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), lança na segunda, 12, na Livraria Saraiva do shopping Higienópolis, em SP, o livro "Comentários à Constituição do Brasil". A obra foi escrita com José Gomes Canotilho, Ingo Sarlet e Lenio Streck.

VAI FALTAR A economia possível com o fim do auxílio-moradia de juízes e procuradores, que ainda depende do julgamento de ações que estão no Supremo Tribunal Federal, será insuficiente para cobrir os custos do aumento dos salários no Judiciário, aprovado pelo Congresso nesta quarta (7).

PONTA DO LÁPIS A proposta de Orçamento encaminhada pelo governo para 2019 reserva R\$ 448 milhões para o pagamento do benefício a funcionários dos tribunais e do Ministério Público Federal, menos da metade do impacto que o aumento aprovado nesta semana deverá ter para o governo.

VEJA BEM Representantes de juízes e procuradores pedirão audiência ao ministro Luiz Fux, relator das ações que estão no Supremo, para tentar convencê-lo de que o auxílio-moradia não pode ser extinto. Decisões de Fux estenderam o benefício a magistrados de todo o país há quatro anos.

DEVER DE CASA Advogados que acompanharam nesta semana as audiências da juíza Gabriela Hardt, substituta de Sergio Moro na condução da Lava Jato no Paraná, dizem que ela demonstrou conhecer em detalhes o processo em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é réu por causa da reforma de um sítio em Atibaia (SP) por empreiteiras.

CONTRATO ASSINADO Moro, que assumirá o Ministério da Justiça com Bolsonaro, se comprometeu com o governador eleito de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), a buscar recursos para ajudá-lo a criar um núcleo de combate à corrupção e ao narcotráfico no estado.

TIROTEIO

66 Revelou-se uma absurda e perplexa indiferença diante das dificuldades do país. É mais um peso nas costas do brasileiro

Do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), sobre a aprovação do aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Senado

RENATO TERRA

Contador

Estamos trabalhando há 240 dias sem saber quem matou — e quem mandou matar — Marielle Franco.

09 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Moro não se compromete a reapresentar pacote anticorrupção

BRASÍLIA O juiz Sergio Moro disse nesta quinta (8) que o novo governo não necessariamente vai reapresentar as chamadas dez medidas anticorrupção em projeto a ser enviado ao Congresso.

Em breve entrevista coletiva, o futuro ministro da Justiça ressaltou que o texto é prioridade, mas que ainda está sendo planejado e terá de ser debatido com os novos congressistas.

“É o momento propício para a apresentação de um projeto legislativo. As dez medidas que foram apresentadas pelo Ministério Público estão dentro desse radar. Algumas des-

sas propostas serão resgatadas; outras, talvez, agora não sejam tão pertinentes quanto foram no passado”, declarou Moro. O magistrado não detalhou quais trechos do projeto antigo serão eventualmente suprimidos.

As dez medidas contra a corrupção foram propostas ao Congresso por meio de um projeto de iniciativa popular, após campanha promovida pela força-tarefa da Lava Jato em Curitiba e vários outros setores da sociedade. Os deputados e senadores, muitos deles investigados, desfiguraram o texto, que acabou não sendo aprovado.

Não houve consenso também na comunidade jurídica. A proposta foi criticada, por exemplo, por ampliar poderes dos setores de investigação, reduzindo garantias de investigados.

Moro voltou a se negar a responder a questionamento da Folha sobre como tratará a questão indígena. A Fundação Nacional do Índio está sob o guarda-chuva do Ministério da Justiça.

Em diversas declarações, Bolsonaro afirmou que não fará mais demarcações de terras para essas populações, embora a Constituição preveja esse direito. Fábio Fabrini

09 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Alves



09 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO Lewandowski derruba censura imposta ao 'Estado'

Ministro do STF cassa decisão TJ do DF que durava mais de 9 anos; jornal estava impedido de publicar notícias sobre caso Boi Barrica

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou a censura imposta ao O Estado de S. Paulo, que estava proibido de publicar informações no âmbito da Operação Boi Barrica envolvendo o empresário Fernando Sarney, filho do ex-presidente José Sarney (MDB). A decisão do ministro foi divulgada depois de o jornal completar ontem 3.327 dias sob censura por determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que foi cassada agora por Lewandowski.

Em sua decisão, Lewandowski destacou que o plenário do Supremo garantiu em julgamento no ano de 2009 “a plena liberdade de imprensa como categoria jurídica proibitiva de qualquer tipo de censura prévia”.

“Dessa forma, não há como se chegar a outra conclusão senão a de que o acórdão recorrido (do TJ do Distrito Federal e dos Territórios), ao censurar a imprensa, mitigando a garantia constitucional da liberdade de expressão, de modo a impedir a divulgação de informações, ainda que declaradas judicialmente como sigilosas e protegidas pelo ordenamento jurídico, viola o que foi decidido na ADPF 130/DF (julgamento de ação que derrubou a Lei de Im-

• **Mordaca**
3.327

é o total de dias que, por decisão judicial, o Estado permaneceu sob censura, impedido de publicar informações sobre a operação da PF que atingia o empresário Fernando Sarney

pressa, legislação do tempo da ditadura considerada inconstitucional pelo STF em 2009)”, concluiu Lewandowski.

“Isso posto, julgo procedente o recurso extraordinário para cassar o acórdão que concedeu antecipação de tutela”, determinou Lewandowski.

Tramitação. O processo chegou ao Supremo em setembro de 2014 e foi originalmente distribuído à ministra Cármen Lúcia. Em setembro de 2016, foi encaminhado ao gabinete de Lewandowski, depois de Cármen assumir a presidência da Corte. Após a troca de relatoria, a Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou parecer favorável ao Estado.

Em maio deste ano, Lewandowski negou seguimento ao recurso do Estado em decisão monocrática (individual) e determinou que o processo fosse enviado à 12.ª Vara Cível de Brasília para que julgasse o mérito da ação “como bem entender”.

À época, Lewandowski não apreciou o mérito da questão e alegou que o instrumento legal usado na apelação (o recurso extraordinário) não era válido em casos de medidas cautelares como as liminares.

O jornal recorreu da decisão de Lewandowski e conseguiu – por 3 votos a 2 – manter o caso no Supremo, em julgamento no plenário virtual da Segunda Turma do STF, ocorrido de 31 de agosto a 6 de setembro de 2018.

Dos cinco ministros da Segunda Turma, três acolheram o pedido do Estado para que o processo fosse apreciado pelo Supremo: Edson Fachin, Gilmar Mendes e Celso de Mello. O ministro Dias Toffoli, por outro lado, acompanhou naquele julgamento o entendimento de Lewandowski – de que não cabe recurso extraordinário contra decisão liminar.

Com a maioria formada na Segunda Turma a favor do processamento do recurso do Estado na Corte Suprema, Lewandowski retomou a análise do processo e decidiu agora cassar a decisão do TJDFT.

Atos secretos. A censura ao Estado diz respeito à publicação de gravações no âmbito da Operação Boi Barrica que sugerem ligações do então presidente do Senado, José Sarney, com a contratação de parentes e afilhados políticos por meio de atos secretos. Na época, advogados do empresário Fernando Sarney alegaram que o jornal feria a honra da família ao publicar trechos de conversas telefônicas gravadas na operação com autorização judicial.

CONTINUA

09 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

No julgamento do plenário virtual da Segunda Turma do STF concluído há dois meses, o ministro Edson Fachin destacou que o Supremo proibiu “enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões” e ressaltou que “eventual uso abusivo da liberdade de expressão deve ser reparado, preferencialmente, por meio de retificação, direito de resposta ou indenização”.

O decano do STF, ministro Celso de Mello, por sua vez, argumentou naquela ocasião que a “liberdade de manifestação do pensamento, que representa um dos fundamentos em que se apoia a própria noção de estado democrático de direito, não pode ser restringida pelo exercício ilegítimo da censura estatal, ainda que praticada em sede jurisdicional”.

“O fato é que não podemos – nem devemos – retroceder neste processo de conquista e de reafirmação das liberdades democráticas. Não se trata de preocupação retórica, pois o peso da censura – ninguém o ignora – é algo insuportável e absolutamente intolerável”, afirmou Celso de Mello em seu voto publicado no plenário virtual.

REPERCUSSÃO

“A ANJ espera que isso fique na história como um exemplo a nunca ser seguido porque isso desde o início estava evidente que era uma proibição que desrespeitava o princípio da liberdade de imprensa.”

Ricardo Pedreira
DIRETOR-EXECUTIVO DA ANJ

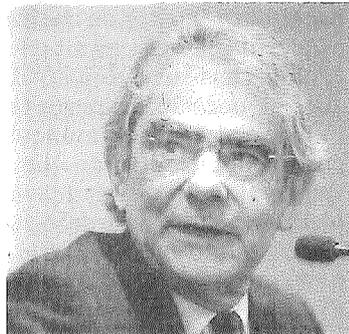
“É lamentável que o Poder Judiciário tenha demorado tanto para se manifestar. Esperamos não ver novos exemplos de censura judicial, algo incompatível com os valores democráticos.”

Daniel Bramatti
PRESIDENTE DA ABRAJI

“Finalmente é uma decisão de mérito que afasta a possibilidade de censura, reafirmando uma linha que o Supremo vem adotando em muitos casos.”

Manuel Alceu Filho
ADVOGADO DO GRUPO ESTADO

FELIPE RAU/ESTADÃO-6/3/2017



“A liberdade de expressão é a maior expressão da liberdade. Materialmente, o maior dos direitos constitucionais. E a liberdade de expressão, quando veiculada por órgão de imprensa, sobe ao patamar de superdireito fundamental.”

Carlos Ayres Britto
EX-MINISTRO DO STF

“Toda decisão em favor da liberdade, contra a censura, é saudável.”

Carlos Velloso
EX-MINISTRO DO STF

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO -13/9/2018



“A liberdade de imprensa é assegurada pela Constituição para que a sociedade tenha acesso a informações qualificadas. Aos ocupantes do poder, cabe compreender que a crítica é parte fundamental do sistema democrático.”

Claudio Lamachia
PRESIDENTE NACIONAL DA OAB

O ESTADO DE S. PAULO

Ministros do STF dizem que reajuste repõe perda

09 NOV 2018

Defasagem

“O Senado é que decidiu. Nós temos uma defasagem e ela (a reposição de 16,38% do salário dos magistrados do Supremo Tribunal Federal, aprovada anteontem na Casa) cobre uma parte dessa defasagem dos vencimentos dos juizes em relação à inflação.”

Ricardo Lewandowski

MINISTRO DO STF

Magistrados afirmam que aumento aprovado no Senado supre parte da inflação acumulada

Rafael Moraes Moura
Teo Cury | BRASÍLIA

Um dia depois de o Senado aprovar um reajuste de 16,38% do salário dos magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF), os ministros Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski disseram ontem que o aumento é uma “reposição” parcial de perdas inflacionárias acumuladas ao longo dos últimos anos. Com a aprovação do reajuste, a remuneração dos ministros do STF – considerado o teto do funcionalismo público – passa de R\$ 33.763 para R\$ 39.293,32, um aumento de R\$ 5.530,32.

O aumento provoca um efeito cascata para União e Estados, que pode ter impacto de R\$ 4 bilhões. “O Senado é que decidiu. Nós temos uma defasagem e ela (a reposição) cobre uma parte dessa defasagem dos vencimentos dos juizes em relação à inflação”, disse o ministro Ricardo Lewandowski ao chegar para a sessão plenária do STF.

Em agosto, os ministros decidiram incluir o reajuste de 16,38% na proposta orçamentária da Corte, que para entrar em vigor dependia na época da aprovação pelo Senado – e, ago-

ra, aguarda a sanção do presidente Michel Temer. Dos 11 ministros do STF, quatro foram contra a inclusão do aumento: Cármen Lúcia, Rosa Weber, Edson Fachin e Celso de Mello.

“É uma reposição do poder aquisitivo, considerado o período entre 2009 e 2014. E era para estar aprovado desde 2016. Por que não foi aprovado? Depois de costurada essa reposição, que não é aumento, é parcial, costurada com o Executivo e aprovada na Câmara, estava para votação simbólica no Senado. Na gestão anterior a presidente tomaria posse, quando foi levar convite ao presidente do Senado sinalizou que não era oportuno. E se já não era oportuno em 2016, hoje, com a situação econômica, financeira da União e dos Estados, muito menos”, comentou Marco Aurélio.

Com a aprovação do reajuste, a expectativa é a de que o STF marque o julgamento sobre o auxílio-moradia. “Eu penso que já deveria ter sido enfrentado (esse tema). Inclusive disse lá em casa, porque minha mulher recebe. Eu tenho voto de 2012 em cima de um caso concreto de Mato Grosso em que eu disse que auxílio-moradia tem que estar previsto em lei”, afirmou Marco Aurélio.

Indagado sobre a conveniência de se conceder o reajuste à magistratura em um momento em que o País possui mais de 10 milhões de desempregados, Marco Aurélio disse: “Escuta, então vamos simplesmente afastar os subsídios dos magistrados? Por que não? Vamos reduzi-lo ao salário mínimo? É o tipo da coisa. Temos que observar o contexto. Nós não vamos parar o Brasil porque ele está numa situação difícil econômica e financeira. Mas as instituições precisam continuar funcionando.”

Contrária ao reajuste, a ministra Cármen Lúcia – que presidiu o Supremo de setembro de 2016 a setembro de 2018 – destacou o efeito cascata nas contas públicas e o número de desempregados no País ao se posicionar contra o aumento. “Eu admiro o voto de pobreza da ministra Cármen Lúcia”, ironizou Marco Aurélio. Para a ministra Rosa Weber, que também se posicionou contra o aumento salarial na sessão administrativa do STF em agosto, “nessas questões institucionais quem fala pelo tribunal é o presidente”.

CONTINUA

09 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Articulação. O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, e o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, entraram em contato ao longo dos últimos dias com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e outras lideranças partidárias na Casa para viabilizar a aprovação do reajuste. Toffoli inclusive se ausentou durante parte da sessão plenária do Supremo desta quarta-feira.

Em reunião com presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados na manhã de ontem, Toffoli disse que o pagamento do auxílio-moradia a membros do Judiciário “era um ônus que estava recaindo sobre toda a magistratura”. Toffoli reafirmou que, com a aprovação do reajuste do Judiciário, o tribunal poderá resolver essa questão.

O pagamento do auxílio-moradia foi estendido desde 2014 a todos os juizes do País por decisão liminar do ministro Luiz Fux, atendendo a ações de entidades de classe. O pagamento ainda foi ampliado a membros do MP e do Judiciário de todo o Brasil no mesmo ano em resoluções aprovadas pelos conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP).

Fux não comentou aprovação do reajuste pelo Senado.

09 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Desempregados racharão a conta



Rachada a conta, estimada em até R\$ 6 bilhões anuais, os desempregados pagarão a parte mais dolorosa do aumento concedido a juízes do Supremo Tribunal Federal (STF), membros da Procuradoria-Geral da República e todos os demais servidores beneficiados pelo novo teto de vencimentos do funcionalismo. O salário mensal de cada juiz do STF passará de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil, graças ao reajuste de 16,38% aprovado pelo Congresso. O gasto adicional de R\$ 6 bilhões para o setor público foi estimado pela consultoria do Senado. Podem-se discutir detalhes do cálculo, mas o custo social é inegável. Despesa maior significa maior dificuldade para consertar o enorme rombo das contas públicas, em todos os níveis de governo, e, como consequência, maior dificuldade

para impulsionar o crescimento econômico e a criação de empregos.

Num país com 12,5 milhões de desempregados, o equivalente a 11,9% da força de trabalho, todo político decente deveria ter como prioridade animar os negócios para estimular contratações.

Com mais alguns números o quadro fica mais assustador. Se à parcela desempregada forem somados os trabalhadores com horas insuficientes de ocupação e os indivíduos contados na força de trabalho potencial, a taxa de subutilização chegará a 24,2%, ou 27,3 milhões de pessoas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou esses dados no fim de outubro.

O pessoal do Judiciário, argumentaram defensores do aumento, havia passado quatro anos sem reajuste salarial. É verdade, mas trabalhadores do setor privado ou tiveram aumentos modestos ou nenhum aumento, e

muitos foram simplesmente postos na rua. Os desempregados, que totalizavam 12,5 milhões de pessoas segundo a última pesquisa, nem podem pensar em reajuste, porque nem sequer recebem salários – alguns há dois anos ou até há mais tempo.

Diante disso, os R\$ 33,7 mil dos juízes do STF parecem uma remuneração tolerável. Os demais servidores públicos, mesmo os de salários mais modestos, têm pelo menos a garantia do direito ao salário regular e à segurança de permanecer no emprego.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), poderia ter encerrado seu mandato sem pôr em votação o projeto de aumento, já aprovado na Câmara. A proposta, parada na Comissão de Assuntos Econômicos, foi desengavetada pelo presidente da Casa. Na quarta-feira à noite, com pouca gente no plenário, ele conseguiu incluir o assunto na pauta de votação da sessão seguinte. O aumento acabou aprovado por 41 votos contra 16.

Também segundo defensores do projeto, o gasto adicional será compensado pela redução de outras despesas, com a eliminação do auxílio-moradia e de outros penduricalhos. O presidente do Senado citou esse argumento. Mas isso é apenas uma possibilidade e, além disso, a troca é moralmente discutível – tão discutível quanto o custeio de moradia concedido aos juízes.

Aos vários argumentos contra a elevação dos salários o relator do projeto, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), acrescentou detalhes de peso. Por estar fora da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da proposta do Orçamento-Geral da União, os parlamentares nem poderiam votar o aumento. Além disso, recordou, é proibido elevar salários nos últimos 180 dias de governo.

Sem ter sido reeleito, o senador Eu-

nício Oliveira deverá enfrentar como cidadão comum as investigações baseadas em delações de dirigentes e ex-dirigentes da Odebrecht.

Mas o gesto de simpatia de Eunício Oliveira e seus pares aos magistrados foi apenas um dos novos golpes contra o Tesouro. Um dia depois do aumento aos juízes, o Senado aprovou a medida provisória de criação do Rota 2030, novo programa de mimos tributários ao setor automobilístico. Tão discutível quanto o programa anterior, o Inova Auto, o novo conjunto de benefícios será mais um presente a um setor muito protegido e com exportações comodamente concentradas na vizinhança. Sensatamente, a equipe do Ministério da Fazenda se opôs ao programa. Foi tão derrotada, nesse caso, quanto a maioria dos contribuintes e os milhões de desempregados. O presidente da República pode consertar a lambança, vetando os dois projetos.

09 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

O Supremo e as sacolas

Um observador desavisado que acompanhasse a sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) na quarta-feira, 24 de outubro, diria se tratar da mais alta instância do Poder Judiciário de um país idílico, uma ilha de paz e prosperidade livre de questões públicas mais prementes. Um país tão enfadonhamente avançado que pode até mesmo se dar ao luxo de ver os juízes de sua Corte Suprema se ocupando de questões comezinhas da municipalidade.

Por maioria de votos (6 a 4), o plenário do STF decidiu que os municípios não podem editar leis que obriguem os supermercados a contratar empacotadores. A decisão foi proferida em Recurso Extraordinário (RE) interposto pela prefeitura de Pelotas (RS), que questionava uma decisão do Tribunal de Justiça gaúcho que declarou inconstitucional a lei estadual que obrigava supermercados e estabelecimentos congêneres a prestarem o serviço de empacotamento de compras.

Merece destaque um trecho do voto do ministro Ricardo Lewandowski, que acabou vencido junto com os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Celso de Mello. “Certa feita, estava no mercado e uma velha senhora pagou os produtos e na hora de empacotar ficou sem nenhum auxílio. Deram pilhas de saquinhos que são extremamente difíceis de serem abertos, como todos

sabemos, e a senhora ficou atrapalhadíssima e criou uma fila”, disse o ministro.

É provável que o distinto leitor já tenha passado pelo mesmo dissabor da “velha senhora”. Entretanto, se o STF pretende tratar de auxílios, talvez fosse o caso de julgar de uma vez por todas a constitucionalidade da dadivosa concessão do auxílio-moradia a membros do Poder Judiciário e do Ministério Público não elegíveis ao penduricalho mensal de mais de R\$ 4 mil por serem proprietários de imóveis nas comarcas em que trabalham.

Se a dificuldade para abrir as sacolas plásticas nos supermercados pode, de fato, causar algum tipo de prejuízo aos consumidores, trata-se de prejuízo de tempo, quando muito. Já os constantes adiamentos para que o STF enfrente o tema do auxílio-moradia pago a seus colegas de Poder e ao Ministério Público geraram aos contribuintes, até o momento, um ônus de mais de R\$ 1,5 bilhão. E a conta não para de chegar.

A questão do auxílio-moradia é apenas uma das muitas pautas urgentes que esperam uma palavra final do STF. Há várias outras de vital importância para o País, englobando áreas que vão do equilíbrio das contas públicas ao pacto federativo. Ofenderia a inteligência do leitor dedicar algumas linhas para estabelecer graduações de importância entre estas questões e o “drama” das filas de supermercado.

São conhecidas as reclama-

ções dos ministros do STF acerca do grande volume de processos que lá chegam, número sem paralelo em outros países. Não são reclamações infundadas. De fato, há processos que poderiam perfeitamente ser resolvidos antes de chegarem ao STF, em muitos casos até mesmo na esfera extrajudicial. Mas dada a permissividade processual da Constituição de 1988, questões de todos os tipos assoberbam os gabinetes dos ministros todos os dias desde que advogados e procuradores encontrem as brechas para inserir questões constitucionais em seus pleitos. Isto só deveria reforçar o cuidado do Supremo na hora de decidir o que levar ao plenário, o órgão fulcral da Corte.

A sociedade espera muito de sua mais alta instância de Justiça. As tensões sociais que o momento político gera e os conflitos entre instituições e entes federativos impõem uma atuação firme e austera do STF. Os cidadãos precisam olhar para a Corte e sentir que os ministros estão ocupados com as mais importantes questões nacionais, das quais depende não apenas o futuro do País, mas o bom andamento do presente.

A se comemorar neste julgamento – se é que cabe o verbo – resta o fato de o STF reconhecer o princípio da livre iniciativa consagrado pela Constituição. Sem isso, a Corte estaria se imiscuindo no tipo de conveniências que supermercados e congêneres devem oferecer aos clientes.

09 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

A IMERSÃO DO JUIZ NO MUNDO DA POLÍTICA

Futuro titular da pasta da Justiça, Sérgio Moro se desdobra em reuniões e prepara propostas

Breno Pires / BRASÍLIA

Em menos de 48 horas em sua primeira viagem a Brasília após ser anunciado como futuro ministro, o ainda juiz federal Sérgio Moro imergiu na transição governamental e na política. Oficialmente de férias da magistratura, aplicou-se em reuniões em série, de até 3 horas de duração, como a que teve com o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, ou mais curtas, com o ministro da Justiça, Torquato Jardim. As duas pastas vão se juntar e estarão sob seu comando a partir de janeiro.

Transitou entre o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – o quartel general da transição – e o Palácio da Justiça, futuro endereço profissional, em substituição à 13.^a Vara Federal de Curitiba (PR), onde participou desde o início da Lava Jato – considerada a maior operação de combate à corrupção da história do País.

Sistemático, enfatizou em repetidos encontros as duas prioridades de sua futura gestão – o combate à corrupção e o enfrentamento ao crime organizado. Esteve reunido com o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), e com o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, com quem tratou da formação do ministério.

Na apertada agenda, almoçou na quarta-feira na presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao lado de Bolsonaro, e ontem em um restaurante na área comum do CCBB, ao lado de visitantes do espaço cultural, jornalistas e lentes fotográficas. A refeição consistiu em picadinho de carne, arroz branco e polenta cremosa com molho de tomate. Para beber, refrigerante e café.

Sem assessoria de imprensa, cuidou pessoalmente dos compromissos. “São diversas reuniões, assuntos complexos. Vou ficar devendo mais detalhes”, disse a repórteres, que queriam saber sobre os compromissos atendidos e ainda a cumprir, após o almoço no CCBB. Esquivou-se de perguntas, lembrando que tinha dado longa coletiva de imprensa em Curitiba na véspera da viagem a Brasília.

Recados. Além de começar a planejar o futuro superministério da Justiça, mandou recados para o Congresso sobre mudanças legislativas que desejará ver aprovadas. Entre elas, a destinação de recursos das loterias para o Fundo Nacional de Segurança Pública e o endurecimento na execução das penas para crimes considerados violentos, como homicídios qualificados.

Mas também ouviu do ministro Jungmann e do Departamento Penitenciário Nacional o diagnóstico do governo atual de que é preciso conter o encar-

‘Herança’

“Não sou daqueles que, quando assumem, reclamam que existe uma herança maldita.”

Sérgio Moro

JUIZ FEDERAL, QUE ACEITOU CONVITE PARA COMANDAR O FUTURO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA NO GOVERNO BOLSONARO

ceramento em massa. Se o presidente eleito fala em “prender e deixar preso” e não apresentou propostas para reduzir a superlotação, Moro disse que a questão carcerária é um problema sobre o qual está refletindo “da forma mais apropriada”. “É necessário criar vagas. É necessário, eventualmente, ter um filtro melhor”, disse ele, em um aceno ao trabalho atualmente desenvolvido no ministério.

O Moro político disse que não é de seu feitio apontar “herança maldita”, falou que houve avanços nos últimos anos, apesar de carências históricas na área da segurança pública, e em continuidade e aprimoramento, mirando o futuro. As urnas, segundo ele, vocalizaram uma grande insatisfação da população com a segurança pública e este é o momento propício para a apresentação de projetos legislativos. Quer medidas fortes e simples (*mais informações nesta página*).

Depois de pegar o primeiro voo entre Curitiba e Brasília, Moro voltou em um dos últimos horários a capital paranaense, por volta das 20h de ontem, sem avisar dos próximos passos. “Ficarei circulando entre Brasília e Curitiba e também outras cidades que demandem atenção”, disse ele.

09 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Buchicho

Sérgio Moro foi tema de videoconferência com mais de 40 pessoas do conselho da Humans Rights Watch espalhadas pelo mundo todo. Elas queriam ouvir relatos, conclusões e análises de brasileiros sobre a nomeação do juiz.

O call foi organizado para avaliar como fica a questão dos direitos humanos no Brasil com a eleição do Bolsonaro.

Por dentro

Advogados que foram anteontem à audiência da juíza **Gabriela Hardt** – substituta de Moro – saíram de lá com a impressão de que ela recebeu um briefing bem completo do futuro ministro sobre o processo do sítio do **Lula**.

09 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Previdência 'light' de Bolsonaro prevê alíquota maior para servidor público

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Numa articulação com parlamentares e governadores aliados, o presidente eleito Jair Bolsonaro entrou em campo para avançar este ano com a reforma da Previdência, analisando um conjunto de mudanças que podem ser feitas sem alterar a Constituição. A versão "light" da reforma está baseada em dois projetos de lei já prontos, elaborados por consultores do Congresso. Eles permitem criar uma alíquota previdenciária complementar aos funcionários públicos, acabam com a fórmula 85/95 e mudam a regra de cálculo das pensões, entre outros pontos.

Um dos projetos permite a criação de uma alíquota previdenciária complementar de até 22% para servidores públicos federais. Essa proposta é considerada fundamental pelos governadores eleitos, pois os Estados

usam as regras federais como referência. Eles já vão iniciar o governo com os cofres vazios e precisam de uma solução urgente sob o risco de uma crise financeira sistêmica nos entes da Federação. Segundo apurou o *Estado/Broadcast*, Bolsonaro foi alertado pela área política para a "bomba relógio" dos Estados.

Alguns deles já elevaram suas alíquotas regulares, mas há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) que questiona se há ou não um teto (que seria de 14%) para a alíquota. A ação foi motivada porque o Estado de Goiás elevou sua alíquota

para 14,25%. O mérito ainda não foi julgado pela corte, mas há grande expectativa dos governadores por uma decisão.

A proposta dos técnicos do Congresso acaba com a regra 85/95, que permite que os trabalhadores alcancem com maior facilidade o benefício integral no momento da aposentadoria. A regra de cálculo passaria a ser a que foi desenhada pelo relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), que começa em 60% do salário de contribuição e cresce quanto maior for o tempo de contribuição.

Outro ponto que pode ser alterado nesse pacote é a regra das pensões, que inicia em 50% do valor do benefício e acrescenta mais 10% para cada dependente. Está previsto também um limite para acúmulo de pensão e aposentadoria a três salários mínimos ou 50% do menor benefício, cabendo ao segurado escolher a opção que for mais vantajosa.

o Rombo
R\$ 218 bi

é o rombo do INSS em 2019; já no regime previdenciário dos servidores da União o déficit estimado é de R\$ 87,5 bilhões no ano que vem

CONTINUA

09 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Segundo apurou a reportagem, os técnicos responsáveis pela proposta foram procurados por integrantes da equipe de transição para debater a possibilidade de aproveitar os textos. As conversas devem continuar ao longo da próxima semana. A estratégia acertada pelos parlamentares era manter o sigilo até a próxima semana, mas o próprio Bolsonaro acabou se antecipando e vazando a notícia na última quarta-feira. Depois foi o governador eleito do Rio, Wilson Witzel, que se antecipou e falou dos planos de Bolsonaro de estudar esse caminho.

Um integrante da transição informou que o grupo está analisando todas as alternativas.

Os parlamentares avisaram ao presidente eleito que a proposta mais reduzida de mudanças da Previdência tem uma chance maior de ser aprovada até o final desse ano. A vantagem de adotar este caminho seria o fato que projetos de lei precisam de um número menor de parlamentares apoiando para que sejam aprovados no Congresso Nacional. Uma PEC depende do sim de 308 deputados e 49 senadores, uma quantidade de votos mais difícil de ser conquistada.

Nesse desenho, é possível avançar em diversos pontos que hoje contribuem para elevar o déficit do sistema previdenciário. Mas, sem mexer na Constituição, não se pode instituir uma idade mínima para aposentadoria, por exemplo.

09 NOV 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Decisão genérica que autoriza grampo telefônico é inválida

Por entender que a ação penal foi aberta após interceptações com fundamentação genérica, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, decretou nesta quarta-feira (7/11) a invalidade das decisões da 1ª Vara Criminal da comarca de Fernandópolis (SP) contra os empresários Edson Scamatti, Pedro Scamatti Filho, Dorival Remedi Scamatti e Mauro André.

Eles foram denunciados pelo Ministério Público de São Paulo no âmbito da operação fratelli, que investiga fraudes em licitações ligadas à chamada “máfia do asfal-

to”. A quebra do sigilo telefônico foi deferida pelo juízo de primeiro grau em 2008, e, segundo a defesa, mantida por mais de dois anos sem a necessária fundamentação. Além disso, a defesa alegou que a decisão que decretou a quebra foi genérica e baseada em unicamente em denúncia anônima.

Ao analisar o HC, o ministro Celso de Mello afastou o argumento de que a interceptação telefônica teria sido decretada com base, exclusivamente, em delação anônima. O ministro também afirmou que são possíveis as prorrogações sucessivas da

interceptação.

No entanto, no caso, o ministro concluiu que houve ilegalidade na primeira decisão que autorizou a medida, por falta de fundamentação. Segundo Celso de Mello, o juiz decretou e prorrogou interceptações telefônicas em decisões inegavelmente estereotipadas, com texto padronizado, “como se referidas decisões – impregnadas de gravíssimas consequências – constituíssem meros formulários destinados a terem seus espaços em branco preenchidos pela autoridade judiciária conforme a natureza do delito”.

Plano de saúde só tem obrigação de fornecer medicamento registrado

Operadoras de plano de saúde só são obrigadas a fornecer medicamento registrado pela Anvisa. O entendimento foi fixado por unanimidade, nesta quinta-feira (8/11), pela 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. O tema foi cadastrado com o número 990 no sistema de repetitivos da corte.

A jurisprudência do STJ já se consolidou no sentido de que os planos de saúde não são obrigados a fornecer

medicamentos importados que não tenham registro no Brasil, mas, mesmo assim, a corte recebe grande número de recursos contra decisões de 2ª instância que adotam entendimento divergente.

Sob relatoria do ministro Moura Ribeiro, a análise do processo começou no dia 24 de outubro com várias sustentações orais e foi suspensa após pedido de vista do próprio relator. Já na sessão desta quinta, ele afirmou

que tomou a decisão após a sustentação da Defensoria Pública da União.

“A DPU sustentou que o Poder Judiciário deveria compelir as operadoras ao custeio de medicamentos mesmo não registrados, considerando a mora na apreciação do pedido de registro, que deveria ter prazo razoável. Mas a ocorrência de atrasos pode encontrar justificativa na complexidade do procedimento-padrão”, disse.